

# Estatais podem ser prejudicadas

por Célia de Gouvêa Franco  
de São Paulo

A única alternativa viável para reduzir a obrigação dos estados e municípios de pagarem 25% das suas dívidas no próximo ano, como consta do Orçamento da União é aumentar o pagamento das dívidas pelas empresas estatais.

Não existe outra op-

ção pois constitucionalmente deputados não teriam o direito de alterar uma receita orçamentária — os pagamentos pelos estados e municípios constam como receita da União — sem que determinem outra fonte de receita equivalente.

A informação é do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em entrevista concedida na sexta-feira, depois de participar de um almoço promovido pela Câmara Italo-Brasileira de Comércio e Indústria. Mailson foi enfático ao afirmar que o governo mantém sua propos-

ta inicial sobre a rolagem da dívida dos estados e municípios no próximo ano: só poderá ser rolado 75%. E isso porque a sugestão da União de uma rolagem escalonada, conforme o valor da dívida, foi rejeitada na última semana pelos governadores. Diante dessa recusa, o governo federal voltou à sua intenção inicial e entende que não pode haver outra opção a não ser reduzir a rolagem da dívida das estatais. O que seria, segundo Mailson, muito ruim para o País, pois as estatais teriam ainda menos dinheiro para investir em 1989, comprometendo a

oferta de energia, aço e petróleo nos próximos anos.

Mailson foi muito crítico em suas observações sobre os comentários que o governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, tem feito sobre a rolagem da dívida e sobre as negociações na área externa. Quêrcia comentou, por exemplo, que o Brasil deveria negociar a dívida com o mesmo deságio de 60% que se observa no mercado secundário de papéis brasileiros. Para Mailson, esse comentário mostra desinformação pois o deságio só existe para cerca de 3% da dívida externa.